

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores membros do Governo

A térmita de madeira seca, *Cryptotermes brevis*, constitui actualmente a praga urbana mais importante nos Açores, cujos impactos económicos e patrimoniais têm suscitado uma preocupação considerável junto de muitos cidadãos e da comunidade científica.

As térmitas chegaram aos Açores há algumas décadas, encontrando-se actualmente bem estabelecidas em várias cidades e temendo-se que alastrem nos próximos anos a todo o arquipélago. A sua detecção oficial só se deu em 2002, numa fase em que a praga já ocupava extensas áreas das cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Hoje em dia, a praga das térmitas estende-se, e é monitorizada, em Angra do Heroísmo, Praia da Vitória (com o caso das térmitas subterrâneas em Santa Rita), Ponta Delgada, Horta, Vila do Porto, Calheta de São Jorge e Lajes do Pico.

É assumido pelos investigadores e entidades mais directamente ligados a esta temática que o controlo das térmitas nos Açores implicará uma acção concertada entre

cidadãos, empresas de desinfestação, vários sectores do Governo, municípios e investigadores.

No entanto, apesar da importância no contexto regional e nas políticas de requalificação urbana e de ordenamento do território que a praga das Térmitas assume, graça na comunidade em geral (e na comunidade científica em particular) um sentimento de impotência que acompanha as iniciativas de divulgação do risco e das estratégias de controlo a implementar, em face do fraco impacto produzido junto das populações e, principalmente, junto do poder político.

Em entrevistas ao jornal “Correio dos Açores” em 2009 2013 foi o investigador e também deputado Paulo Borges que assumiu que há edifícios, incluindo edifícios públicos e históricos, em risco de ruir e que não se combate as térmitas por falta de dinheiro... Mais, assumiu que as térmitas nos Açores estão sem controlo.

O Teatro Angrense é um dos mais elucidativos exemplos de um edifício público e histórico, onde o combate às térmitas não foi feito e onde o risco de ruína é uma realidade que já conduziu ao encerramento da mais nobre sala de espectáculos da cidade Património Mundial.

Ora este não deveria ser o motivo de inacção das entidades governativas numa região onde o Governo Regional propagandeia constantemente o equilíbrio e a saúde das suas finanças. Daí que também não se compreenda nem se aceite que no Plano e Orçamento regionais para 2013 houvesse uma dotação de apenas

36800 € para combate às térmitas no todo regional e que essa verba tenha sido reduzida (imagine-se!) para 32 880 € no Plano e Orçamento para 2014. É uma proeza do governo...

Este Governo não combate as térmitas porque não quer!

E aqui, por muito que o Partido Socialista queira, não há a mínima hipótese de culpabilizar o Governo da República pelo que quer que seja! As responsabilidades são do Governo Regional.

O Investigador e deputado Paulo Borges, nas mesmas entrevistas que há pouco referi, assume que não está a ser feito um ataque às térmitas nas vilas e cidades açorianas, mas apenas está a ser realizado um plano de monitorização para tentar perceber qual o padrão de desenvolvimento da praga. Uma espécie de “Big Brother” das térmitas que não tem nenhum tipo de “transfer” para a população nem para a imediata intervenção que um cada vez maior número de imóveis requer nos Açores, sem que os seus proprietários tenham, na maioria dos casos, capacidade para assumirem sozinhos as despesas das obras a efectuar.

Continuando a utilizar as palavras do investigador e deputado Paulo Borges, “o ataque à praga tem de ser feito com um combate efectivo de erradicação, casa a casa, e esse trabalho não está a ser feito nos Açores neste momento”. “Nunca houve um processo concertado de ataque às térmitas nos Açores”.

A última iniciativa, isolada, de combate à praga das térmitas foi realizada por uma empresa austríaca na ilha Terceira, recorrendo a uma técnica que faz uso do calor húmido. Infelizmente, a intervenção em causa resumiu-se à desinfestação do edifício onde estão instalados os serviços da Secretaria Regional do Ambiente, então tutelada por Álamo Meneses e por aí se ficou.

Podemos dizer que a acção do anterior responsável pela problemática das térmitas na governação regional se ficou pela desinfestação de casa própria.

Os investimentos necessários para que a empresa austríaca já referida venha para uma ilha dos Açores tratar casas infestadas por térmitas atinge os 140 mil Euros, valor incomportável para os particulares e que supera, em muitas ocasiões, o custo das obras de reabilitação dos imóveis afectados, sobretudo num período de crise como aquele que hoje vivemos.

Enquanto se vive de impasses, os anos passam, a praga alastra-se e a situação piora, tornando cada vez mais difícil, senão impossível, erradicar as térmitas.

Faltam as orientações urbanas, orientações dos proprietários, faltam os meios, quer das populações quer do Governo Regional, e falta, sobretudo, o apoio financeiro das entidades públicas, muito especialmente do Governo Regional, porque as técnicas de combate à praga existem e têm um custo.

A ver pela dotação orçamental que este governo consagrou para a problemática das térmitas, podemos assumir que este governo não leva a sério a este problema nos Açores. Relembro o valor de 36800 € nos documentos previsionais para o ano de 2013 e os 32 880€ para 2014, para dividir pelas 9 ilhas dos Açores.

Os prejuízos para o parque habitacional dos concelhos afectados pelas térmitas, a curto, médio e longo prazo, são da ordem de muitos milhões de euros. Estamos perante uma situação com contornos de “sismo silencioso” com todos os custos sociais e patrimoniais daí decorrentes. Um sismo tão grave como o de 1980 em Angra ou o do Faial em 1998.

A ausência de uma estratégia de combate à praga e de apoio aos moradores atingidos, tem conduzido a um crescente despovoamento dos centros das cidades e vilas afectadas, simplesmente porque os particulares não conseguem arcar sozinhos com o custo do combate à praga e recuperação dos imóveis.

Para além do que já foi dito, verifica-se que nos Açores não há operadores licenciados para a eliminação valorização ou sequer transporte de resíduos infestados por térmitas. Apenas existem operadores licenciados para a eliminação de madeiras.

As madeiras infestadas por térmitas apenas podem ter como destino o depósito em aterro, especialmente licenciado para receber resíduos infestados por térmitas, a entrega a um operador licenciado para o seu transporte e

tratamento, a valorização energética em instalação licenciada, ou a queima em local adequado, conforme legislação em vigor. Tais condições não existem na Região.

A detecção oficial da praga das térmitas nos Açores deu-se em 2002, numa fase em que a praga já ocupava extensas áreas das cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Pelo menos desde Setembro de 2004, o Governo Regional admite ter conhecimento do problema da infestação dos imóveis por térmitas, tendo nomeado para o efeito, um grupo de missão para estabelecer um programa de combate à praga.

A 29 de Novembro de 2004, o referido grupo de missão entregou o relatório com as medidas a adoptar na Região.

Quase um ano depois, em Julho de 2005, foi publicada legislação para atribuição de apoios financeiros, a qual só em Outubro desse ano foi regulamentada.

Só em 31 de Janeiro de 2006 o Governo Regional anunciou a abertura do período de candidaturas.

Passado este tempo, constata-se que o processo desencadeado pelo Governo Regional é lento, penaliza a classe média e as famílias numerosas, que os apoios existentes são insuficientes e que tudo isto desincentiva as famílias a apresentarem candidaturas.

E volto a lembrar que 32 880 euros, é o que está no Orçamento de V. Exas, não dá para nada no combate às térmitas nos Açores.

Nas térmitas, tal como em tantas outras áreas da governação socialista, infelizmente, fazem-se estudos, produzem-se declarações nos órgãos de comunicação social, criam-se grupos disto e daquilo e, por momentos, há a ilusão de que algo está a acontecer.

O grupo criado em 2004 pelo governo Regional definiu um plano de acção contra as térmitas composto por 19 medidas. Sensivelmente nove anos depois, apenas seis dessas 19 medidas foram concretizadas e três delas prendem-se com a realização de estudos e com a divulgação dos seus resultados.

O portal “SOS Térmitas”, mantido por investigadores da Universidade dos Açores especializados na área, elenca as recomendações feitas na altura e que ficaram pelo caminho.

O programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Regeneração Urbana para 2014 tem uma dotação de 8 425 381€. Não se podem incluir aqui os edifícios afectados pela praga das térmitas, eventualmente com medidas de majoração? Ou estamos condenados ao gozo, porque não é outra coisa, dos 32 880 € previstos no Orçamento?

As medidas que este Governo implementou, no que diz respeito aos apoios para as pessoas com casas infestadas, pecam por serem escassas, por terem uma carga

burocrática excessiva e por terem como alvo uma franja da população que não é aquela que é proprietária dos imóveis em questão. Acabam por ser “não apoios”.

Da parte do Governo Regional, de 2004 até agora, muito pouco foi feito. As térmitas, essas, não param e são muito competentes.

Luís Rendeiro